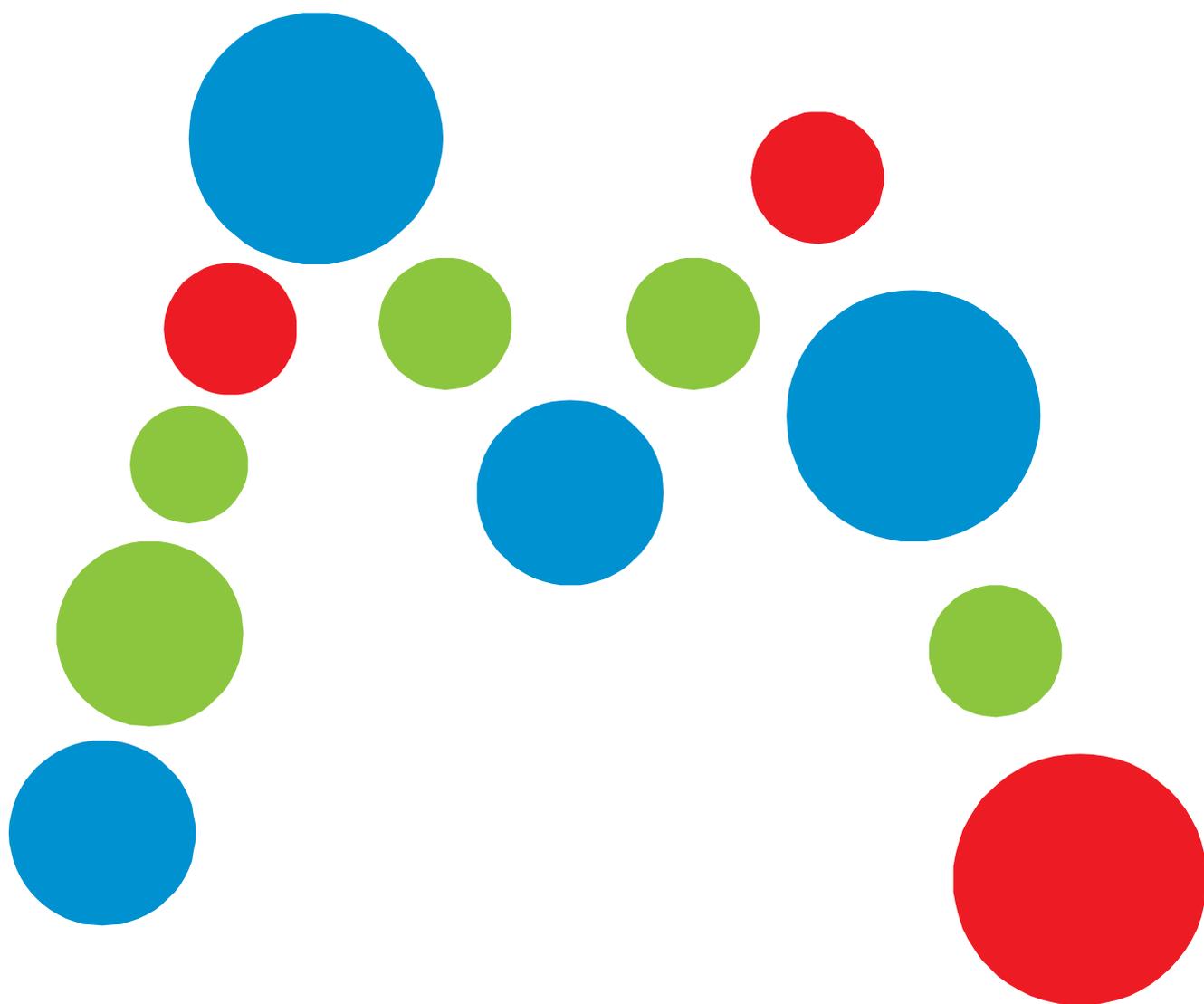


Mercados

informação global



Países Baixos Ficha de Mercado

Dezembro 2008



aicep Portugal Global

Índice

1. País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1 Situação Económica e Perspectivas	04
2.2 Comércio Internacional	05
2.3 Investimento	07
2.4 Turismo	08
3. Relações Económicas com Portugal	09
3.1 Comércio	09
3.2 Investimento	11
3.3 Turismo	12
4. Relações Internacionais e Regionais	13
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	15
5.1 Regime Geral de Importação	15
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	16
5.3 Quadro Legal	17
6. Informações Úteis	18
7. Endereços Diversos	19
8. Fontes de Informação	21
8.1 Informação Online aicep Portugal Global	21
8.2 Endereços de Internet	23

1. O País em Ficha

Área:	41.543 Km ² (7.759km ² água, 33.784 km ² terra)
População:	16,4 Milhões de habitantes (1 de Janeiro de 2008)
Densidade populacional:	486 hab./km ² , (uma das mais elevadas do mundo)
Designação oficial:	Reino dos Países Baixos
Forma de Estado	Monarquia constitucional
Chefe do Estado:	Rainha Beatriz (desde 1980)
Primeiro-Ministro:	Jan Peter Balkenende (CDA)
Data da actual Constituição:	17 de Fevereiro de 1983
Principais Partidos Políticos:	Partido Democrata Cristão (CDA); Partido Trabalhista (PvDA); Partido Socialista (SP); Partido para Liberdade e Democracia (VVD); Aliança de Esquerda Os Verdes (GroenLinks); Democratas 66 (D66); Cristãos Unidos; Partido Reformista Cristão (SGP); Partido para a Liberdade. As últimas eleições realizaram-se em Novembro de 2006 e as próximas estão previstas para Dezembro de 2010.
Governo:	Na sequência das eleições de Novembro de 2006, ganhas sem maioria pelo CDA, entabularam-se negociações entre os partidos com representação parlamentar, das quais resultou o estabelecimento de uma coligação entre o CDA, PvdA e o ChristenUnie, pequeno partido de carácter protestante e conservador.
Capital:	Amesterdão (743 mil habitantes); sede do Governo em Haia (476 mil habitantes)
Outras cidades importantes:	Roterdão; Utreque; Eindhoven; Arnhem.
Religião:	Cerca de um terço dos habitantes professa a religião católica romana e aproximadamente um quinto é protestante, enquanto 40% da população não professa qualquer religião.
Língua:	Holandês
Unidade monetária:	Euro (EUR) 1 EUR = 1,3322 USD (média de Outubro de 2008)
“Ranking” em negócios:	Ranking de negócios: Índice 8,57 (10 = máximo) Ranking geral 8 (entre 82 países)
Risco de crédito:	1 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – Julho 2008) - http://cgf.cosec.pt
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado (2007):	Exp.+ Imp. / PIB = 133,1% Imp. / PIB = 62,1% Imp. / Imp. Mundial = 3,5%

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) – Country Report November 2008
EIU ViewsWire – Novembro 2008
OMC
Banco de Portugal
COSEC

2. Economia

2.1 Situação Económica e Perspectivas

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^b	2009 ^c	2010 ^c	2011 ^c
População	Milhões	16,3 ^b	16,4 ^b	16,4	16,5	16,5	16,6
PIB a preços de mercado	€10 ⁹	539,9	567,1	604,5	610,3	630,0	657,9
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	678,0	776,1	897,8	830,0	828,5	871,7
PIB <i>per capita</i>	USD	41.506 ^b	47.446 ^b	54.723	50.378	50.091	52.528
Crescimento real do PIB	Var. %	3,4	3,5	2,0	-0,2	0,6	1,6
Consumo privado	Var. %	0,0	2,1	1,8	-0,4	0,3	1,2
Consumo público	Var. %	9,0	3,0	1,0	2,7	2,2	2,5
Formação bruta de capital fixo	Var. %	7,5	4,9	6,4	-1,6	0,5	1,7
Taxa de desemprego	%	5,5	4,5	4,0	4,7	5,3	5,3
Taxa de inflação	%	1,2	1,6	2,6	1,8	1,4	1,6
Dívida pública	% do PIB	48,6	45,5	42,1	41,8	41,3	40,2
Saldo do sector público	% do PIB	0,5	0,4	1,1	0,4	0,0	-0,2
Balança corrente	10 ⁹ USD	63,3	59,5	47,0	36,5	29,4	35,4
Balança corrente	% do PIB	9,3	7,7	5,2	4,4	3,5	4,1
Taxa de câmbio - média	1 € = x USD	1,26	1,37	1,49a	1,36	1,32	1,33

Fonte: Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores efectivos;
(b) Estimativas;
(c) Previsões.

A Holanda tem uma economia avançada, que combina um dos mais elevados rendimentos *per capita* do mundo com uma distribuição dos rendimentos bastante equitativa. Com uma densidade populacional de 486 habitantes por km², é um dos países mais densamente povoados do mundo. O crescimento populacional médio foi de 0,6%, entre 2006 e 2008, mas população está a envelhecer: segundo o censo de Janeiro de 2008, 11% da população tem entre 65 e 80 anos, e 3,8% tem 80 ou mais anos. Actualmente, cerca de 90% da população é urbana.

O produto interno bruto (PIB), que tinha crescido na década de 1990 de forma sustentada, diminuiu bruscamente no início da década actual, atingindo um recorde mínimo de 0,3% em 2003, valores induzidos pela quebra da economia global. Estimulada pelo crescimento das exportações e do investimento, a economia do país voltou a reanimar, atingindo o crescimento mais elevado do período em análise em 2007, correspondente a 3,5%. Os primeiros sintomas da desaceleração prevista para 2008 já se confirmaram, prevendo a *Economist Intelligence Unit* (EIU) um crescimento negativo de 0,2% em 2009, fruto da actual crise financeira e económica que se faz sentir a nível mundial. Em linha com

esta projecção, o consumo privado e a formação bruta de capital fixo deverão também situar-se em terreno negativo no mesmo ano, com um crescimento estimado de -0,4% e -1,6%, respectivamente.

A balança corrente tem-se mantido superavitária desde o fim da 2ª Guerra Mundial, não só devido ao saldo da balança comercial, como também ao desempenho do sector dos serviços que tem constituído uma componente muito importante da balança de pagamentos. Para 2008 estima-se que o saldo da balança corrente atinja 47 mil milhões de USD (5,2% do PIB), devendo verificar-se a continuação de uma tendência de decréscimo nos próximos dois anos.

A Holanda possui um sector agrícola muito desenvolvido, que representa mais de 2,1% do PIB (2007) e emprega pouco menos de 2% da população activa. Apesar da pequena dimensão do país, mais de metade da sua superfície é constituída por terrenos agrícolas; a produção é de capital intensivo e está altamente mecanizada (figura entre as mais inovadoras e tecnicamente avançadas do mundo), configurando um sector de alta produtividade, que coloca a Holanda no terceiro exportador mundial de produtos agrícolas, precedendo os EUA e a França.

O sector transformador é relativamente pequeno, contrastando com um sector de serviços muito importante, no qual o comércio¹ tem um papel preponderante e é responsável por cerca de metade do PIB. Os serviços financeiros (que têm assumido um papel agressivo na integração dos mercados financeiros internacionais) conjuntamente com os serviços às empresas representam cerca de 26,7% do valor acrescentado bruto da Holanda. O comércio internacional de bens e serviços, com grande tradição nos Países Baixos, representa mais de 60% do PIB e é o motor da prosperidade económica da Holanda.

O país beneficia de uma situação geográfica privilegiada, no sentido de satisfazer as necessidades de abastecimento da União Europeia. Esta situação geográfica estratégica, com três rios que desembocam no mar de maior tráfego do mundo, a par de excelentes estruturas portuárias, terrestres e aéreas, contribuem para que os Países Baixos sejam um dos centros de transporte e distribuição de mercadorias mais importantes do mundo.

2.2 Comércio Internacional

A Holanda apresenta tradicionalmente um *superavit* na balança comercial (devido ao bom desempenho dos seus sectores exportadores), o qual se tem vindo a ampliar de ano para ano. A sua posição, já de relevo, nos *rankings* dos principais exportadores e importadores mundiais, tem vindo a melhorar, sobretudo no que respeita às exportações, ocupando neste caso, e desde 2004, o 6º lugar (4% das exportações mundiais). Enquanto importador, o país posiciona-se em 8º lugar a nível mundial, a que corresponde uma quota de mercado de 3,5%.

¹ Neste, a hotelaria, o retalho, os transportes e as comunicações são os que detêm o maior valor acrescentado.

Evolução da balança comercial

(10 ⁹ USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportação fob	296,1	357,4	406,4	463,6	551,3
Importação fob	264,7	319,7	363,8	416,8	481,6
Saldo	31,4	37,7	42,6	46,8	69,7
Coeficiente de cobertura (%)	111,8	111,8	111,7	111,2	114,5
Posição no “ranking” mundial					
Como exportador	8 ^o	6 ^o	6 ^o	6 ^o	6 ^o
Como importador	8 ^o				

Fontes: EIU; WTO - World Trade Organization

Desagregando por destino e origem das mercadorias, constata-se que os seus principais mercados se situam na União Europeia, com a Alemanha a liderar quer as expedições, com uma quota de cerca de 24,01%, quer as chegadas de mercadorias, com 17,58% em 2007. A Bélgica, o Reino Unido e a Itália são também importantes parceiros comerciais dos Países Baixos. De destacar o papel da China, que tem vindo a subir no *ranking* dos fornecedores, atingido em 2007 o segundo lugar.

A posição de Portugal como fornecedor é muito pouco relevante, situando-se em 44^o lugar em 2007; como cliente já tem algum peso, cabendo-lhe a 28^a posição.

Principais Clientes

Mercado	2005		2006		2007	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
Alemanha	24,61%	1 ^o	25,08%	1 ^o	24,01%	1 ^o
Bélgica	12,91%	2 ^o	11,33%	2 ^o	13,42%	2 ^o
Reino Unido	9,05%	4 ^o	8,85%	3 ^o	9,07%	3 ^o
França	9,31%	3 ^o	8,41%	4 ^o	8,28%	4 ^o
Itália	5,56%	5 ^o	4,96%	5 ^o	4,85%	5 ^o

Fonte: World Trade Atlas

Principais Fornecedores

Mercado	2005		2006		2007	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
Alemanha	16,55%	1 ^o	16,99%	1 ^o	17,58%	1 ^o
China	8,80%	3 ^o	9,30%	3 ^o	10,47%	2 ^o
Bélgica	9,30%	2 ^o	9,41%	2 ^o	9,26%	3 ^o
Estados Unidos	7,53%	4 ^o	7,66%	4 ^o	7,27%	4 ^o
Reino Unido	5,76%	5 ^o	5,74%	5 ^o	5,74%	5 ^o

Fonte: World Trade Atlas

Principais Produtos Transaccionados – 2007

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
84 – Reactores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	16,53	27 – Combustíveis e óleos minerais	16,87
27 – Combustíveis e óleos minerais	13,22	84 – Reactores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	15,40
85 – Máquinas e aparelhos eléctricos	11,67	85 – Máquinas e aparelhos eléctricos	12,01
29 – Produtos químicos orgânicos	4,45	87 – Veículos automóveis	5,63
39 – Plásticos e suas obras	4,28	29 – Produtos químicos orgânicos	3,47

Fonte: World Trade Atlas

As exportações holandesas têm uma estrutura muito semelhante à das importações, com vários produtos a serem exportados após importação e eventual transformação. Dá-se como exemplo, neste último caso, o crude, que é importado, refinado e novamente exportado tendo sido, em 2007, o primeiro produto importado pelo país e, simultaneamente, o segundo exportado.

Os reactores nucleares, caldeiras e máquinas e aparelhos mecânicos, conjuntamente com as máquinas e aparelhos eléctricos e suas partes, representam 28,2% das exportações holandesas, e os combustíveis minerais, óleos e produtos refinados, por sua vez, representam 13,2% total exportado. Quanto às importações, cerca de 27,4% dizem respeito a máquinas e equipamento (mecânico e eléctrico), com os combustíveis minerais a representarem 16,9%.

Numa análise por produtos mais detalhada, constatamos que as principais exportações incluem derivados do petróleo, gás natural, produtos químicos, matérias plásticas, material de transporte, electrónica e componentes, equipamento de escritório, material de telecomunicações, produtos farmacêuticos, frutos e vegetais. A composição das importações é semelhante. Contudo, inclui ainda confecções, pasta de papel, cartão, ferro e aço.

2.3 Investimento

A posição da Holanda nos fluxos do investimento internacional é bastante relevante, embora o seu comportamento seja muito instável, quer como receptor quer como emissor. Como exemplo, verifica-se que a Holanda, em 2007, recebeu cerca de 99,4 mil milhões de dólares de investimento directo estrangeiro (IDE), o que a posicionou no quinto lugar no *ranking* mundial, enquanto que, em 2006, tinha atingido apenas cerca de 0,9 mil milhões de dólares. O valor registado em 2007 representa um máximo histórico, e resultou da compra de um dos principais bancos holandeses, o ABN Amro, por parte do consórcio formado pelo espanhol Santander, o britânico Royal Bank of Scotland e o Fortis Bank, de capitais belgas e holandeses.

Em consequência da mencionada operação de compra do ABN Amro, entre os cinco principais países de procedência de IDE na Holanda em 2007 surgem a Espanha, o Reino Unido e a Bélgica. Naquele ano, cerca de 90% do investimento estrangeiro procedeu de países da UE, sendo os EUA o único

investidor extracomunitário que merece destaque, com um fluxo de investimento ligeiramente superior a 13 mil milhões de dólares. A Suíça e o Japão, com investimentos próximos dos 1.000 milhões de dólares cada um, são os dois países terceiros que ocupam as posições seguintes, com aplicações de vulto na Holanda em 2007.

Segundo dados locais referentes a 2006 (últimos elementos disponibilizados pelo Banco Central dos Países Baixos), a composição por sectores do *stock* de investimento estrangeiro no país revela a preponderância do sector de serviços (60,4%) e do sector industrial (39,6%).

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento estrangeiro na Holanda	21.043	4.600	47.694	7.982	99.438
Investimento da Holanda no estrangeiro	44.034	29.164	135.804	47.095	31.162
Posição no “ranking” mundial					
Como receptor	6º	25º	5º	31º	5º
Como emissor	4º	9º	1º	9º	16º

Fontes: EIU e UNCTAD – World Investment Report 2008

A Holanda tem igualmente relevo, a nível mundial, como investidor no exterior, como já se referiu, salientando-se o facto de ter ocupado a primeira posição em 2005; esta deveu-se fundamentalmente à fusão entre a Royal Dutch Shell da Holanda e a Shell Transport and Trading Company, do Reino Unido.

As grandes flutuações do IDE e do investimento holandês no estrangeiro, reflectem sobretudo a elevada volatilidade dos empréstimos entre filiais e empresas-mãe, os quais, por sua vez, estão muito ligados às alterações das taxas de juro e do regime fiscal e à rentabilidade das empresas transnacionais (TNC's) e suas filiais estrangeiras.

2.4 Turismo

Indicadores do Turismo

	2003	2004	2005	2006	2007
Turistas (10 ³)	9.181	9.646	10.012	10.739	11.008
Dormidas (10 ³)	13.798	14.616	15.143.	15.976.	16.328
Receitas (10 ⁶ USD)	9.163	10.308	10.446	11.381	13.458

Fonte: WTO – World Tourism Organization

Nota: As dormidas incluem apenas a hotelaria global

O turismo nunca assumiu uma grande importância na Holanda. Amesterdão é a cidade mais visitada do país. As visitas-tipo consistem em estadias curtas, de dois ou três dias, e em viagens cujo itinerário inclui também um ou mais dos países limítrofes. O país possui infra-estruturas excelentes e uma oferta

alargada de hotéis e de centros de congressos multifuncionais que, a par de uma boa relação preço/qualidade, lhe conferem uma grande atractividade como destino para o turismo de congressos; este produto constitui também uma prioridade das entidades públicas holandesas em termos de promoção.

Durante o período de 2003 a 2007, o número de visitantes entrados na Holanda cresceu à taxa média de 3,7%, tendo este indicador verificado o crescimento mais elevado em 2006 (7,3%), relativamente ao ano anterior. Esta progressão tem sido sustentada pelo aumento dos visitantes originários da Europa, que representam cerca de 78% do total.

Ao longo do mesmo período, as dormidas de turistas na hotelaria global cresceram a um ritmo ligeiramente inferior ao dos visitantes, tendo a taxa de crescimento média atingido 3,2%.

De notar que a balança turística é fortemente deficitária, com o número de saídas muito superior ao de entradas.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio

No período em análise (2003-2007), a Holanda tem mantido uma posição estável, quer como cliente quer como fornecedor de Portugal; como cliente tem-se posicionado no 7º ou no 8º lugar, e como fornecedor tem mantido o quinto lugar desde 2004. Em termos de quotas de mercado, é de salientar que a Holanda tem vindo, desde 2005, a diminuir o seu peso enquanto cliente, assistindo-se a uma evolução irregular enquanto fornecedor.

Importância da Holanda nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Como cliente	Posição	8º	8º	7º	7º	8º
	%	3,73	4,03	4,01	3,73	3,38
Como fornecedor	Posição	6º	5º	5º	5º	5º
	%	4,69	4,60	4,44	4,52	4,69

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

A balança comercial é deficitária para o nosso país, com défices elevados e que se têm vindo a agravar ao longo dos últimos anos. De assinalar o comportamento das expedições portuguesas que, no primeiro semestre de 2008, apresentam um crescimento negativo em relação ao período homólogo do ano anterior (-0,3%). Pelo contrário, as chegadas no mesmo período, em relação ao observado no ano anterior, registaram um crescimento positivo de 5,6%.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007	Evol. ^a %	Jan/Mar 2007	Jan/Mar 2008	Var. % ^b 08/07
Exportações	1.057.349	1.203.870	1.230.024	1.287.984	1.271.534	4,9%	655.171	653.152	-0,3%
Importações	1.957.260	2.141.594	2.180.651	2.401.418	2.677.717	8,2%	1.287.666	1.359.486	5,6%
Saldo	-899.911	-937.724	-950.627	-1.113.435	-1.406.183	--	-632.494	-706.334	--
Coef. Cobertura (%)	54,0%	56,2%	56,4%	53,6%	47,5%	--	50,9%	48,0%	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2003-2007

(b) Taxa de crescimento homóloga

Ano 2004 e seguintes: valores estimados

Expedições por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2003	% Total	2006	% Total	2007	% Total
Calçado	131.615	12,4	125.129	12,4	135.648	13,3
Produtos químicos	162.172	15,3	132.976	13,1	126.223	12,3
Máquinas e aparelhos	114.183	10,8	93.022	9,2	113.979	11,1
Vestuário	162.615	15,4	82.182	8,1	85.165	8,3
Combustíveis minerais	24.851	2,4	133.912	13,2	83.598	8,2
Produtos alimentares	70.808	6,7	62.034	6,1	78.025	7,6
Pastas celulósicas e papel	110.121	10,4	61.560	6,1	63.289	6,2
Matérias têxteis	70.974	6,7	51.543	5,1	56.277	5,5
Plásticos e borracha	24.520	2,3	46.108	4,6	53.146	5,2
Veículos e outro material de transporte	39.068	3,7	67.381	6,7	51.447	5,0
Produtos agrícolas	31.404	3,0	42.838	4,2	49.313	4,8
Minerais e minérios	25.177	2,4	39.662	3,9	48.348	4,7
Metais comuns	24.955	2,4	28.856	2,9	33.480	3,3
Madeira e cortiça	21.027	2,0	19.028	1,9	18.456	1,8
Instrumentos de óptica e precisão	10.797	1,0	15.807	1,6	15.056	1,5
Peles e couros	1.300	0,1	754	0,1	829	0,1
Outros produtos	31.764	3,0	9.322	0,9	11.194	1,1

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: Os anos de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico

Valores declarados

A análise da estrutura das expedições de Portugal para a Holanda revela que, os cinco principais produtos representaram mais de 50% do total em 2007. Neste último ano, o calçado posicionou-se como o primeiro produto, com uma quota de 13,3% do total expedido, enquanto que anteriormente esta posição era ocupada pelo vestuário, produto que, entre 2003 e 2006, viu a sua quota praticamente reduzida para metade, passando a ocupar o quarto lugar nos últimos anos.

Por sua vez, as chegadas de mercadorias com origem na Holanda apresentam-se bastante concentradas, com os três primeiros produtos – máquinas e aparelhos, produtos químicos e produtos agrícolas – a representarem cerca de 57% das compras portuguesas à Holanda.

Chegadas por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2003	% Total	2006	% Total	2007	% Total
Máquinas e aparelhos	495.944	25,3	585.326	25,1	754.907	29,4
Produtos químicos	317.478	16,2	461.162	19,8	434.091	16,9
Produtos agrícolas	205.371	10,5	213.423	9,2	267.757	10,4
Plásticos e borracha	92.203	4,7	143.783	6,2	185.519	7,2
Metais comuns	131.671	6,7	142.684	6,1	163.738	6,4
Veículos e outro material de transporte	147.673	7,5	134.763	5,8	144.375	5,6
Produtos alimentares	102.129	5,2	129.379	5,6	141.490	5,5
Instrumentos de óptica e precisão	82.416	4,2	102.979	4,4	82.389	3,2
Matérias têxteis	62.700	3,2	77.145	3,3	68.054	2,7
Combustíveis minerais	76.714	3,9	85.230	3,7	47.675	1,9
Vestuário	28.704	1,5	33.822	1,5	42.922	1,7
Pastas celulósicas e papel	60.800	3,1	40.899	1,8	41.478	1,6
Calçado	22.241	1,1	37.184	1,6	34.807	1,4
Minerais e minérios	15.973	0,8	18.536	0,8	23.820	0,9
Peles e couros	22.913	1,2	22.330	1,0	23.761	0,9
Madeira e cortiça	11.634	0,6	8.115	0,3	11.502	0,4
Outros produtos	80.697	4,1	91.336	3,9	96.666	3,8

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: Os anos de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico
Valores declarados.

3.2. Investimento

Para Portugal, a Holanda é um mercado importante em termos de investimento. Nos últimos três anos foi o primeiro destino do investimento português no exterior (IDPE), mantendo também nos restantes anos do período em análise (2003-2007) uma posição importante. Na sua grande maioria, estes investimentos referem-se a fluxos financeiros.

Importância da Holanda nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Portugal como receptor (IDE)	Posição	2	3	4	2	3
	%	14,0	13,5	13,2	14,6	14,7
Portugal como emissor (IDPE)	Posição	3	3	1	1	1
	%	11,2	21,7	25,8	37,5	37,2

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Dados disponibilizados em Março de 2008

De igual modo, a Holanda apresenta valores relevantes de investimento directo estrangeiro em Portugal (IDE), tendo em 2003 e 2006, ocupado a 2ª posição no *ranking* dos investidores estrangeiros. Nos restantes anos ocupou a 3ª ou a 4ª posição do mesmo *ranking*. Os investimentos realizados têm sido dirigidos essencialmente para o sector imobiliário e para os serviços.

Investimento Directo de Portugal na Holanda

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento bruto	1.128.562	2.589.893	2.524.273	3.685.728	4.594.564
Desinvestimento	1.242.653	1.785.959	2.481.560	1.188.256	1.436.239
Investimento líquido	-114.091	803.934	42.713	2.497.472	3.158.325

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Dados disponibilizados em Outubro de 2008

Investimento Directo da Holanda em Portugal

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento bruto	4.500.254	3.648.950	3.653.255	4.774.076	4.423.794
Desinvestimento	5.930.047	3.850.668	3.391.732	2.295.868	4.654.043
Investimento líquido	-1.429.792	-201.718	261.523	2.478.208	-230.249

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Dados disponibilizados em Outubro de 2008

3.3. Turismo

A Holanda tem sido uma importante fonte emissora de turistas para Portugal. Analisando em termos de dormidas, em 2006 o mercado ocupou a 4ª posição no *ranking* nacional, com uma quota de 7,1%. As preferências dos turistas holandeses têm ido para a região do Algarve, que se tem mantido em primeiro lugar ao longo do período de 2003-2006, com uma variação entre os 10,0% (2003) e os 11,4% (2006) das dormidas. A região de Lisboa e Vale do Tejo tem ocupado o 2.º lugar com cerca de 4% do total ao longo do período, seguida da Madeira igualmente com cerca de 4% do total.

Quanto ao número de turistas entrados, os últimos dados disponíveis reportam-se a 2005; verificando-se que a partir de 2001 se vêm registando perdas constantes. Como gerador de receitas turísticas, o mercado ocupou em 2006 o 5.º lugar no *ranking*, com uma quota de 3,8%.

O turismo com origem na Holanda é sazonal, com os meses de Junho a Agosto a ocuparem cerca de 62% do total das viagens realizadas pelos holandeses. No caso do nosso país, as entradas entre Junho e Setembro representam cerca de 46% do total das chegadas.

Turismo da Holanda em Portugal

	2003	2004	2005	2006	Evol. ^a %
Dormidas ^b	1.667.028	1.495.960	1.679.343	1.795.330	8,2
% do total ^c	7,2	6,5	7,0	7,1	
Receitas ^d (10 ³ EUR)	199.089	229.573	231.201	251.162	6,6
% do total ^c	3,4	3,7	3,7	3,8	

Fontes: Proturismo

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período considerado

(b) Inclui apenas a hotelaria global

(c) Refere-se ao total de estrangeiros

(d) Não inclui as receitas de transporte

4. Relações Internacionais e Regionais

A Holanda é membro, nomeadamente, do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, de entre as quais se destaca o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Este país integra a Organização Mundial de Comércio (OMC) desde 1997.

A nível regional, a Holanda é membro fundador da União Europeia (UE) e faz parte do Conselho da Europa, da União da Europa Ocidental (UEO) e do Benelux (**B**elgique-**N**ederland-**L**uxembourg).

A **União Europeia** é um espaço de integração económica que tem passado por estádios distintos de evolução. O primeiro passo foi dado com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), seguida da assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que instituiu a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEa) e uma área de comércio livre designada por Comunidade Económica Europeia (CEE). A aprovação, em 1987, do Acto Único Europeu formalizou a entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 1993, de um Mercado Comum Europeu, com a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais.

Por sua vez, o Tratado da União Europeia, ratificado em 1993, na cidade de Maastricht, aprofundou o processo de integração, ultrapassando o estágio económico para atingir o âmbito político. Os principais objectivos são: criação da União Económica e Monetária; adopção de uma Política Externa e de Segurança Comum; cooperação nas áreas da justiça e da administração e o reforço da democracia e da transparência.

Com o tratado de Nice, assinado em 26.02.2001, procurou-se enfrentar o desafio do alargamento a 12 novos países. Destes, 10 (Chipre, Eslovénia, Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa) aderiram à UE no dia 01.05.2004 e os restantes 2 (Bulgária e Roménia) a 01.01.2007.

Finalmente, a UE chegou a acordo sobre o Tratado Reformador (Tratado de Lisboa), assinado a 13.12.2007, que pretende melhorar a eficiência do processo de tomada de decisão, reforçar a democracia através da atribuição de um papel mais relevante ao Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais e aumentar a coerência a nível da política externa, com vista a dar uma resposta mais eficaz aos desafios actuais. O Tratado de Lisboa deverá entrar em vigor após a sua ratificação por todos os Estados-membros.

Actualmente a UE é composta por 27 membros, sendo que apenas 16 adoptaram a moeda única europeia (Euro) e integram a União Económica e Monetária (UEM): Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslovénia; Eslováquia; Espanha; Finlândia; França; Grécia; **Holanda**; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Malta; e Portugal.

O **Conselho da Europa**, a mais antiga organização política da Europa, foi criado em 1949 com o objectivo de promover a unidade e a cooperação no espaço europeu, desempenhando um papel relevante em questões relacionadas com a defesa dos direitos do homem e a democracia parlamentar. Actualmente, o Conselho da Europa conta com 46 membros. O seu instrumento mais importante de actuação é a adopção de convenções.

Por sua vez, a **União da Europa Ocidental** visa incentivar a cooperação europeia em matéria de segurança e de defesa mútua.

Quanto ao **Benelux**, trata-se de um modelo de cooperação inter-governamental assinado em 1958 pela Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Embora a área de actuação desta união económica se dissolva na da União Europeia, os três países signatários consideram que existe espaço de diferenciação, nomeadamente no que concerne ao seu contributo para o processo de integração europeia e à coordenação de posições no seio da própria União.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1 Regime Geral de Importação

Como membro da União Europeia, a Holanda faz parte integrante da **União Aduaneira**, caracterizada, essencialmente, pela livre circulação de mercadorias e pela adopção de uma política comercial comum relativamente a países terceiros.

O **Mercado Único**, instituído em 1993 entre os Estados-membros da UE, criou um grande espaço económico interno, traduzido na liberdade de circulação de bens, capitais, serviços/estabelecimento e pessoas, tendo sido suprimidas as fronteiras internas físicas, fiscais e técnicas.

Deste modo, as mercadorias com origem na UE ou colocados em livre prática no território comunitário, encontram-se isentas de controlos alfandegários, sem prejuízo, porém, de uma fiscalização no que respeita à qualidade e características técnicas.

A União Aduaneira implica, para além da existência de um território aduaneiro único, a adopção da mesma legislação neste domínio – **Código Aduaneiro Comunitário** – bem como a aplicação de iguais imposições alfandegárias aos produtos provenientes de países terceiros – **Pauta Exterior Comum (PEC)**.

A regra geral do livre comércio com países exteriores não impede que as instâncias comunitárias determinem restrições às importações (fixação de contingentes anuais), quando negociadas no âmbito da Organização Mundial de Comércio.

A PEC baseia-se no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), sendo os **direitos aduaneiros** na sua maioria “ad valorem”, calculados sobre o valor CIF das mercadorias.

As importações, as vendas intracomunitárias, assim como as transacções de bens e a prestação de serviços a título oneroso, encontram-se sujeitas ao pagamento do **Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)**. Este encargo, consoante os produtos, pode traduzir-se na aplicação das seguintes taxas: 19% (taxa normal) aplicável à generalidade dos bens; 6% (taxa reduzida) que recai sobre um conjunto determinado de bens e serviços, tais como: alimentação, medicamentos, livros, jornais, revistas, artigos de arte, distribuição de água, transporte de passageiros, serviços hoteleiros, eventos desportivos, cinema.

Há, ainda, a considerar o facto de determinados bens se encontrarem sujeitos ao pagamento de **Impostos Especiais sobre o Consumo**, como sejam o álcool, as bebidas alcoólicas, o tabaco, o café, o açúcar e os produtos petrolíferos.

5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

O Tratado de União Europeia consagra, entre outros princípios, a liberdade de circulação de capitais, de onde enforma um quadro geral do investimento estrangeiro comum em todo o espaço comunitário, nos limites decorrentes do princípio da subsidiariedade, sem prejuízo dos instrumentos legislativos estabelecidos pelos Estados-membros.

Nesta linha, o investidor estrangeiro encontra na Holanda um regime jurídico adaptado ao ordenamento comunitário, no sentido de uma maior liberalização do direito de estabelecimento e da livre circulação de capitais, embora com particularidades.

De facto, neste país, um grande número de indústrias e de serviços encontra-se sujeito a regulamentação específica, sendo necessário obter **autorização para o exercício de actividades** no sector das telecomunicações, comunicação por via postal, distribuição de electricidade, petróleo, gás e água, exploração de canais de rádio e televisão, entre outros.

Da mesma forma, o exercício de actividades poluentes ou susceptíveis de causar danos ao ambiente, necessita de obter uma **autorização específica de estabelecimento**, emitida pelo **município** onde a empresa se encontra localizada ou onde deverá ser instalada.

As operações de investimento não estão sujeitas a qualquer tipo de aprovação. No entanto, é aconselhável o contacto prévio com o **“Netherlands Foreign Investment Agency - NFIA”**, organismo dependente do Ministério dos Assuntos Económicos, que aconselhará o promotor sobre os aspectos relativos à forma de organizar e planear o projecto de investimento. A NFIA foi criada em 1978 pelo governo holandês para assessorar empresas estrangeiras em projectos de investimento. A Agência oferece, gratuitamente e com garantia de confidencialidade, informação, assessoria personalizada e assistência prática na sua implantação no país.

Todas as empresas deverão proceder à sua inscrição no registo comercial, bem como associar-se à respectiva Câmara de Comércio (**“Kamer van Koophandel”**) da área onde estão estabelecidas.

O promotor goza do direito de transferência para o exterior do produto da sua liquidação e dos rendimentos legalmente obtidos, após o cumprimento de todas as obrigações fiscais a que está sujeito.

Os apoios ao dispor dos investidores estrangeiros são, numa primeira fase, objecto de análise pelos organismos de desenvolvimento regional. Os interessados podem, igualmente, contactar com a NFIA com vista à recolha de informação em matéria de incentivos.

De entre os incentivos com maior significado, destacam-se: benefícios fiscais; ajudas directas para projectos nas áreas ambiental e de I&D; prémios para projectos criadores de emprego; juros bonificados; participações de organismos de desenvolvimento regional no capital social do projecto a implementar; formação e apoio na apresentação de candidaturas a programas comunitários (Quadro Comunitário 2007-2013).

No que se refere aos contratos públicos, as normas comunitárias relativas a esta matéria foram transpostas para a ordem jurídica interna. Contudo, a Comissão Europeia tem mostrado, em várias ocasiões, o seu desagrado pela falta de cumprimento das normas em questão. Apesar de se verificar uma evolução de sentido positivo, é frequente a ausência de licitação pública em casos que, segundo as directivas, esta seria obrigatória.

Finalmente, por forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foi assinada entre Portugal e a Holanda a **Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento**, em vigor desde 11 de Agosto de 2000.

5.3. Quadro Legal

Regime de Importação

- *Regulamento (CEE) n.º 2454/93, de 11 de Outubro (com alterações posteriores)* – Fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2913/92, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.
- *Regulamento (CEE) n.º 2913/92, de 19 de Outubro (com alterações posteriores)* – Estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.

Regime de Investimento Estrangeiro

- *“Competition Act”, de 2 de Outubro de 2007* – Define regras em matéria de concorrência.

Acordo Relevante

- *Resolução da Assembleia da República n.º 62/2000, de 12 de Julho* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, entre Portugal e a Holanda.

6. Informações Úteis

Hora Local

Corresponde ao UTC mais uma hora no horário de Inverno e mais duas horas no de Verão. Face a Portugal, a Holanda tem mais uma hora, seja qual for a época do ano

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

8h00/9h30-16h00/17h30
(segunda-feira a sexta-feira)

Bancos:

9h00-16h00/17h00
(segunda-feira a sexta-feira)
Alguns bancos estão abertos ao sábado até às 13h00.

Comércio:

13h00-18h00 (segunda-feira)
9h00-18h00 (terça-feira a sexta-feira)
9h00-17h00 (sábado)

Em muitas cidades, o comércio está aberto à quinta-feira ou à sexta-feira até às 21h. Nas grandes cidades (Amsterdão, Roterdão, Haia e Utreque) é comum o comércio estar aberto ao domingo.

Feriados

Fixos

1 de Janeiro – Dia de Ano Novo
30 de Abril – Aniversário da Rainha
5 de Maio – Dia da Libertação (5 em 5 anos)
25 e 26 de Dezembro – Natal

Móveis

Sexta-feira Santa
Segunda-feira de Páscoa
Dia de Ascensão Sexta-feira Santa
Segunda-feira de Pentecostes

Corrente Eléctrica

220 volts AC, 50Hz.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

aicep Portugal Global

Sede: O' Porto Bessa Leite Complex

Rua António Bessa Leite, 1430, 2º

4150-074 Porto – Portugal

Tel.: (+351) 226 055 300 | Fax: (+351) 226 055 399

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 217 909 581

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Embaixada da Holanda em Portugal

Av. Infante Santo, 43 - 5º

1399-011 Lisboa

Tel.: 21 3914900 | Fax: 21 3966436

E-mail: nlgovlis@netcabo.pt | <http://www.emb-paisesbaixos.pt>

Câmara de Comércio Portugal-Holanda

Av. Infante Santo, 43 – 5º

1399-011 Lisboa

Tel.: 21 3955580/1 | Fax: 21 3955582

E-mail: office@ccph.pt | <http://www.ccph.pt>

Na Holanda

Entidades Oficiais Portuguesas

Embaixada de Portugal na Holanda
Bazarstraat, 21
2518 AG The Hague – Netherlands
Tel.: 31 70 3630217 | Fax: 31 70 3615589
E-mail: info@portembassy.nl

Portuguese Handelsdelegatie
Haagsche Bluf, 63
2511 CP Den Haag - The Netherlands
Tel.: 00-31 70 328 12 39 | Fax: 00-31 70 328 00 59
E-mail: aicep.thehague@portugalglobal.pt

Entidades Oficiais Holandesas

Netherlands Foreign Investment Agency (NFIA)
POB 20101
Bezuidenhoutseweg, 2
2500 EC The Hague – Netherlands
Tel.: 31 70 3798818 | Fax: 31 70 3796322
<http://www.nfia.nl>

Agency for International Business and Cooperation (EVD)
POB 20105
Juliana van Stolberglaan, 148
2595 CL The Hague - Netherlands
Tel.: 31 70 7788888 | Fax: 31 70 3797858
E-mail: madeinholland@evd.nl | <http://www.evd.nl/business/>

Netherlands Board of Tourism and Conventions (NBTC)
POB 458
Vlietweg, 15
2260 MG Leidschendam - Netherlands
Tel.: 31 70 3705705 | Fax: 31 70 3201654
E-mail: info@holland.com | <http://www.holland.com/global/>

De Nederlandsche Bank NV (Banco Central)
POB 98
Westeinde, 1
1000 AB Amsterdam - Netherlands
Tel.: 31 20 5249111 | Fax: 31 20 5242500
<http://www.dnb.nl/dnb/homepage.jsp?lang=en>

8. Fontes de Informação

8.1 Informação Online **aicep** Portugal Global

Documentos Específicos sobre a Holanda

- Título: Países Baixos – “Guia de Acesso ao Mercado”
Edição: 06/2008
- Título: “Países Baixos – Oportunidades e Dificuldades de Mercado”
Edição: 12/2007
- Título: “Países Baixos – Evolução Recente do Sector de Vinhos”
Edição: 11/2006
- Título: “Países Baixos – Regime Legal de Investimento Estrangeiro”
Edição: 04/2005
- Título: “Países Baixos – Estabelecimento de Empresas”
Edição: 04/2005
- Título: “Países Baixos – Sistema Laboral e de Segurança Social”
Edição: 04/2005
- Título: “Países Baixos – Sistema Fiscal”
Edição: 04/2005
- Título: “Países Baixos – Incentivos ao Investimento”
Edição: 04/2005

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Normalização e Certificação”
Edição: 11/2008
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Crédito à Exportação”
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro do Investimento Directo Português no Estrangeiro”
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 09/2006
- Título: “Etiquetagem de Produtos Têxteis na União Europeia”
Edição: 07/2005
- Título: “Contrato Internacional de Agência”
Edição: 03/2005
- Título: “Dupla Tributação Internacional”
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas através do Franchising”
Edição: 11/2004
- Título: “Principais Formas de Sociedade na UE – Guia por País”
Edição: 09/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”
Edição: 06/2004

A Informação Online pode ser consultada em <http://www.portugalnews.pt/econo/matriz.asp>

8.2 Endereços de Internet

- Dutch Customs – <http://www.douane.nl/english/>
- Government of the Netherlands – <http://www.government.nl/index.jsp>
- Hollandtrade – <http://www.hollandtrade.com/vko/home.asp>
- Ministry of Economic Affairs – <http://www.ez.nl/english/Organisation/>
- Ministry of Finance – <http://www.minfin.nl/english>
- Ministry of Foreign Affairs – www.minbuza.nl/en/home
- Nederlandsche Bank – <http://www.dnb.nl/en/home/index.jsp>
- Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (CPN) – www.cpb.nl/eng
- Netherlands Chamber of Commerce – <http://www.kvk.nl/english/>
- Netherlands Competition Authority – www.nmanet.nl/engels/home/Index.asp
- Netherlands Foreign Investment Agency – www.nfia.nl
- Statistics Netherlands (CBS) – <http://www.cbs.nl/en-GB/menu/home/default.htm>
- Tax Administration – www.belastingdienst.nl/english/